

SERIAM AS QUESTÕES AMBIENTAIS ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA?

*Luis Carlos Ferreira de Almeida**

*Ocimar José Batista Bim***

*Maria Helena Rocha Antuniassi****

*Francisca Alcivania de Melo Silva*****

Resumo: O Vale do Ribeira - SP, localizado entre dois importantes estados do Brasil, apresenta os maiores e mais preservados remanescentes contínuos de Mata Atlântica. A região, uma das primeiras a ser colonizadas no País sendo, portanto, testemunha de vários ciclos econômicos, tem apresentado os mais baixos índices de desenvolvimento do Estado de São Paulo. As extensas Áreas de Preservação têm sido apontadas como responsáveis por esses baixos índices. Assim, busca-se com esse trabalho contribuir para um melhor entendimento de uma discussão corrente no Vale do Ribeira, associada à preservação como precursora do subdesenvolvimento. Através de levantamento bibliográfico, foram identificados eventos históricos e dados de institutos de pesquisa que comprovam que a questão está mais ligada à falta de atenção às particularidades sociais e econômicas do que propriamente às questões ambientais.

Palavras-chave: Preservação. Subdesenvolvimento. São Paulo.

Abstract: The Ribeira Valley – SP, located between two major states of Brazil presents the largest and most continuous preserved remnants of the Atlantic Forest. The region, one of the first to be colonized in the country and therefore witnessed several economic cycles, has presented the lowest levels of development of the of São Paulo state. Extensive Preservation Areas have been identified as responsible for these low rates. Therefore, we aim with this work contribute to a better understanding of an ongoing discussion in the Ribeira Valley, associated with preservation as a precursor of underdevelopment. Through a literature review, historical events and data from research institutes have been identified that demonstrate that the issue is more related to the lack of attention to social and economic characteristics than strictly environmental issues.

Keywords: Preservation. Underdevelopment. São Paulo.

* Curso de Agronomia - UNESP - Campus Experimental de Registro. E-mail: luiscarlos.almeida@gmail.com.

** Instituto Florestal - Registro - SP. E-mail: ocimarbim@gmail.com

*** Centro de Estudos Rurais e Urbanos - NAP-CERU/USP. E-mail: mhrochaa@gmail.com

**** Curso de Agronomia - UNESP - Campus Experimental de Registro. E-mail: alcivania@registro.unesp.br

Introdução

Geograficamente a região do Vale do Ribeira, se insere dentro dos limites definidos para a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira, distribuídos ao longo de duas das três regiões que caracterizam o complexo regional como um todo, quais sejam o Médio Ribeira e o Baixa Ribeira (DIEGUES, 2007), englobando 14 municípios: Barra do Turvo, Cajati, Cananeia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariqueira Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras, ocupando uma área de 12.132,68km² com uma população total, em 2015, de 270.518 habitantes, dos quais 55.008 habitantes na cidade sede Registro (SEADE, 2016).

Localizado entre dois dos estados mais urbanizados do País – São Paulo e Paraná – o Vale do Ribeira destaca-se pela significativa presença de áreas preservadas, formadas por matas, matas em regeneração, várzeas, mangues e restinga totalizando 808.116,9 ha, ou seja, 66,7% da área total da região, dos quais 511.036,9 ha são áreas remanescentes de mata atlântica (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2007), constituindo parcela significativa desse ecossistema, isto é, a região conta com seis Parques Estaduais e duas Estações Ecológicas (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2007) integral ou parcialmente inseridas, com uma característica regional singular, pelo fato de é que as áreas preservadas não se encontram só nos parques e estações ecológicas, mas também em terras indígenas, quilombolas e nos bairros rurais.

Nesta região, a população convive cotidianamente com um dilema entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, destacando entre outros pontos, a existência de incompatibilidades entre ambos, em uma situação na qual o desenvolvimento, entendido por vezes apenas como crescimento econômico, não se processa sem que ocorra a degradação do ambiente em seus mais diversos aspectos (RAMOS E

ATAIDE, 2013).

Entende-se ainda que as atividades agrícolas sejam importantes como fornecedoras de alimentos, principalmente no âmbito da produção, porém quando não conduzida adequadamente, estas contribuem com o empobrecimento do solo, modificando suas características químicas, físicas e biológicas, tendo como resultantes impactos ao meio ambiente, através de práticas que incluem o desmatamento (SILVA et al., 2015). Esses pontos são parte de uma discussão sempre presente no Vale do Ribeira, as próprias comunidades, ao terem que lidar com as Unidades de Conservação, as enxergam como entraves, na medida que restringem suas formas de uso tradicional da terra (SILVA, 2013). Deste modo, nos conflitos ambientais, as atividades de conservação têm sido responsabilizadas pelo subdesenvolvimento econômico e social da região, sendo vista até como um fator limitante para isso (REZENDE, 2011).

Assim, o objetivo desse trabalho é analisar, do ponto de vista dos fatos históricos, a afirmação de que as questões ambientais representariam entraves ao desenvolvimento do Vale do Ribeira. .

1. O Vale do Ribeira e os grandes ciclos econômicos

O ano de 1531 marcou o início da colonização no Vale do Ribeira, quando Martim Afonso de Souza, enviado pelo Rei de Portugal, fundou Cananéia, a primeira cidade da Zona Litorânea (DIEQUES, 2007). Subsequentemente, o Vale do Ribeira continuou sendo desbravado até o Alto Ribeira ao longo do século XVI em decorrência das bandeiras que objetivavam aprisionamento e escravização de populações indígenas. Essa ocupação iria ser acelerada após a descoberta de ouro de aluvião no Rio Ribeira de Iguape no século XVII (DIEQUES, 2007).

É importante considerar que essa região foi uma das primeiras regiões ocupadas nesse período, já que na vila de Iguape foram encontradas as primeiras jazidas auríferas, tornando essa vila a porta de saída desse mineral. Ali foi instalada a primeira casa de fundição do País, no ano de 1635 (DIEQUES, 2007). Esse período é considerado o de maior pujança econômica para essa região, que chegou a ser uma das mais populosas do Estado.

Por alguns anos, o desenvolvimento do Vale do Ribeira foi maior que regiões do interior do Estado. Segundo Petrone (1966) ainda em 1836 os escravos representavam 31% da população total, proporção essa, superior à média estadual que, ao longo do século XIX, variou entre cerca de 18 e 25% do total de habitantes (BERTIN, 2010).

Após o ciclo do ouro, a região passou pelo ciclo da construção naval com maior importância em Cananéia, onde houve a instalação de vários estaleiros, tendo o seu apogeu em meados de 1750 (PETRONE, 1966).

O ciclo do arroz entre 1836 a 1874 foi um período de grandes avanços econômicos. Na região era encontrado um grande número de engenhos de beneficiamento de arroz, concentrando na região a maioria dos engenhos do Estado: dos 109 engenhos do Estado, 100 estavam no Vale do Ribeira. Nessa época a região experimentou um momento de prosperidade econômica.

Com relação ao ciclo do arroz é ainda importante destacar que após o mesmo, a região entrou num longo período de estagnação. O plantio foi praticamente abandonado por problemas encontrados no transporte da produção até os centros consumidores, pois a única porta de saída era o Porto de Iguape, que no final do século XIX foi assoreado em decorrência da construção do canal do Valo Grande. Esse assoreamento passou a impedir o acesso de navios de grande porte, que levavam o arroz para o mercado consumidor. Essa obra pode ser considerada um dos primeiros desastres

ecológicos do País, com reflexos na economia.

2. As raízes do problema

A estagnação econômica da região se estende até a implantação da cultura da banana e do chá, por meio da colonização japonesa instalada em Registro e Juquiá. Essas culturas vão se transformar na principal atividade da região. Apesar dessa importância, a banana e o chá tiveram problemas para se desenvolver, pois a infraestrutura de transporte era precária. A ferrovia só chegou a Registro em 1913 e a BR-116 só foi inaugurada no início dos anos 60.

As principais razões do declínio da atividade agrícola e da estagnação econômica do Vale do Ribeira, de acordo com diferentes estudiosos da sua história, explica-se: pelo fim do modo de produção escravocrata, o clima inadequado para a implantação da cafeicultura, o desenvolvimento do complexo da economia cafeeira em outras regiões, que a deixou a margem do desenvolvimento da infraestrutura de transportes no Estado e consequente dependência mercantil dos centros consumidores, agravada pelo assoreamento do porto de Iguape, e pela emigração de colonos e da população local para outras regiões. Ainda neste período de estagnação ocorreram vários movimentos e propostas com a finalidade de promover o desenvolvimento regional como a política de imigração com as colônias de Cananéia, Pariquera-Açu, Juquiá e Eldorado, com o objetivo de atrair novos colonos para a região que, entretanto, não foi adequada segundo relatos da literatura. (IDESC, 2006).

É a partir da década de 1950 que se iniciam ações governamentais para se enfrentar o isolamento e a estagnação da região através de intervenções do Estado. Tendo em vista os citados fatores, a dinâmica econômica do Vale do Ribeira, sem dúvida, não acompanhou a rapidez das transformações ocorridas

no interior do Estado, com a aceleração do processo de urbanização. No início do século XXI predomina no Vale do Ribeira, uma população particularmente rural que vive em comunidades, abrigadas entre a floresta, costões, mangues, ilhas, praias, serras. Essas características econômicas, sociais e não apenas ambientais da região acabaram por determinar uma estagnação econômica e uma disparidade de desenvolvimento em relação a outras regiões do Estado. Tal diferença é uma questão universal, pois a riqueza se concentra em centros dinâmicos, em detrimento da periferia, onde raramente chegam as benesses da riqueza. As diferenças entre as regiões ocorrem em função do mercado, pois esse acaba se desenvolvendo e concentrando suas atividades econômicas onde há mais oferta e procura e onde a economia de escala se faz presente (BRAGA 1998).

Atualmente, o Vale do Ribeira concentra o maior número de pequenos agricultores do Estado de São Paulo e as questões relacionadas à posse da terra apresentam dados preocupantes que podem também responder parte das indagações do seu subdesenvolvimento comparação com outras regiões. Cerca de 1,5 milhão de hectares encontram-se em processo de regularização, representando 40% do seu território o que representa 35% das áreas litigiosas do Estado de São Paulo (CHABARIBERY, 2004).

Esses dados mostram que na análise dos problemas de desenvolvimento do Vale, é preciso considerar, ao lado dos fatores estruturais como solo e clima, os fatores históricos relativos à sua ocupação que o deixou a margem do desenvolvimento agroindustrial das regiões mais desenvolvidas do Estado de São Paulo. É importante considerar esses fatores, tendo em vista também o quadro de indefinição fundiária favorecedora da posse, que até os dias atuais, dá a essa região características “suis generis” no âmbito do Estado. O movimento de ocupação pelo apossamento fundado em redes de parentesco tão bem descritos e analisados pelos estudos sócio antropológicos de Cândido (2001) e Queiroz (1969) retomados por Paoliello (2006),

mostram como tais práticas de movimentação da população, são de certa forma, repostas até a atualidade, o que pode explicar a sua histórica característica de região predominantemente de pequenas propriedades e agricultura familiar.

A ausência de garantia dos direitos de propriedade da terra além de reduzir os níveis de investimentos, implica em uso inadequado do solo e degradação dos recursos naturais (RESENDE, 2000).

A falta de regularização fundiária pode ser considerada como mais um dos fatores, além dos já citados que contribuíram para a estagnação econômica da região no século XX. Os agricultores que não possuem os direitos sobre a terra estão sujeitos a restrições de crédito (nas décadas de 70 a 90 isso mais pernicioso), sofrem mais com as restrições ambientais, o que acaba levando a uma situação de desvantagem. Essa é uma situação vivida por três regiões do Estado: o Sudoeste Paulista, o Pontal do Paranapanema e o Vale do Ribeira, que têm em comum problemas fundiários, índices baixos de qualidade de vida e atrasos no desenvolvimento sócio econômico.

De acordo com Petrone (1966), os dados do Censo Demográfico de 1950, mostravam que a porcentagem de analfabetos para a região era 63,2 % sendo 57,2 % para os homens e 69,7% para mulheres enquanto que para o Estado as porcentagens eram de, respectivamente, 40,4% de 35,2% e 45,8%. Se por um lado a taxa de analfabetismo, para o Estado de São Paulo se reduziu de 40,4% para 4,3% em um período de 60 anos, na Região do Vale do Ribeira a redução foi de 63,2% para 8,67%. Assim, verifica-se que, ainda que tenham ocorrido avanços significativos na redução do analfabetismo, em 1950, a proporção de analfabetos no Vale era 56,4% maior do que a observada para o Estado de São Paulo. Esse valor atualmente é de 101,6% maior, situação essa que vem a agravar um quadro que já não era favorável há pelo menos 60 anos e mostra a precariedade do ensino fundamental e médio na região.

Da mesma forma os indicadores de pobreza são elevados. Com base nos dados do Censo Demográfico, a população apresenta um alto grau de pobreza com 15,72% dos domicílios particulares com renda menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, enquanto que no Estado de São Paulo o percentual é de 7,42%. É a região onde se concentra o maior número de famílias inclusas nos programas governamentais de transferência de renda. A renda per capita geral é a metade do Estado, 1,52 salários mínimos ante 2,92 no Estado (SEADE, 2016).

O Vale do Ribeira tem baixa densidade populacional, com 22,4 hab./km², sendo que no Estado a taxa é de 174,7 hab./km², apresentando grandes vazios demográficos. A taxa de urbanização é de 73,0%, enquanto no Estado essa taxa alcança 96,3% (SEADE, 2016).

Sobre o grau de urbanização e a dinâmica populacional da região, Hogan (1999), com base nos dados dos Censos Demográficos, já chamava a atenção destacando que, em 1970, a população total do Vale do Ribeira era de 181.153 habitantes. Desse total, 69% vivia em áreas rurais (124.926 pessoas) e apenas 31% em áreas urbanas (56.227 pessoas), sendo que o município de Barra do Turvo apresentava um grau de urbanização de apenas 8,2% e, mesmo na sede da região a população rural representava 48% do total do Município. Naquele ano, o município com maior porcentagem de população urbana era Registro (grau de urbanização de 52%) e o com menor porcentagem era Barra do Turvo (grau de urbanização de apenas 8,2%).

Historicamente, o Vale do Ribeira é também uma das regiões que apresenta as menores taxas de crescimento populacional do Estado de São Paulo. Assim, entre 1970 e 1980, enquanto a taxa anual de crescimento do Estado foi de 3,5%, o Vale do Ribeira apresentou uma taxa média anual de 2,9% (HOGAN et al. 2000), persistindo sempre baixas taxas de crescimento, 1,86 % a.a. entre 1980/1991, 1,77% a.a. entre 1991/2000, 0,15% entre 2000/2010, e 0,13% a.a. entre 2010/2016, enquanto para os mesmos períodos as taxas para Es-

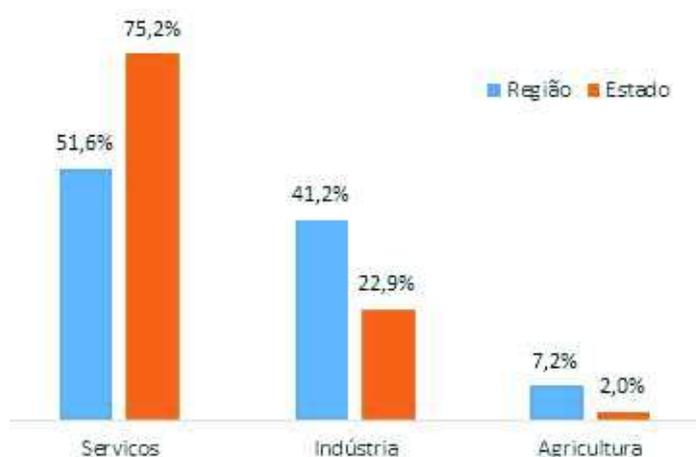
tado situaram-se, respectivamente, de 2,12%a.a., 1,82%a.a., 1,09%a.a. e 0,85%a.a. (SEADE, 2016).

Outra característica que também chamou a atenção de Petrone (1966) era o fato de a população total ser numericamente reduzida, não representando mais do 0,81% da população total do Estado de São Paulo em 1950. Essa situação, somado aos baixos níveis de escolaridade e a grande dispersão da população, já nessa época, se apresentava como forte limitante ao desenvolvimento local, limitando a formação de um mercado consumidor local.

Do ponto de vista da produção agrícola, apenas a bananicultura apresenta destaque. Na safra 2006/2007 a área plantada totalizou de 35.254 ha com uma produção de 877.485 toneladas, que representa 63% da área estadual e 72% da produção (IEA, 2008). Por sua vez, a principal atividade animal está na bubalinocultura com 19,4% (IEA, 2008) do rebanho estadual. Comparando-se as demais atividades da produção animal, como avicultura e suinocultura que vem apresentando crescimento significativo no restante do Estado, a região não possui rebanhos que possam ser considerados comerciais. .

A agricultura tem grande importância relativa na economia do Vale (Figura 1):

Figura 1. Distribuição e participação do valor adicionado, por setores de atividade econômica - RA de Registro e Estado – 2013



Fonte: SEADE, 2016

A importância do setor agropecuário da região fica evidente quando se consideram os dados do valor adicionado. O setor terciário respondeu pela maior parte da atividade econômica regional, entretanto, é relevante destacar que, no conjunto, a participação da região na economia estadual é extremamente reduzida, representando, no ano de 2013, apenas 0,511% do PIB estadual e 0,067% das exportações estaduais (SEADE, 2016).

A conjunção de baixos indicadores sociais com uma baixa diversificação da atividade agropecuária tem como consequência baixos níveis salariais. Dados do SEADE (2016) para o ano de 2013 mostram que, para as funções ligadas ao setor agrícola e pecuário, a região é a que paga os menores salários, podendo-se afirmar o mesmo para os empregos urbanos, valores esses que concorrem para a região possuir o menor PIB per capita do Estado com rendimentos para 2013 de R\$ 32.365,00, para um valor médio estadual estimado para esse ano em R\$ 40.379,00 (SEADE, 2016). Isso implica em afirmar que a região, como um todo, apresenta indicadores que a colocam em situação de fragilidade social nos aspectos econômicos e sociais.

A conjunção destes fatores fica demonstrado pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social. Para o ano de 2012, a região apresentava valores sensivelmente inferiores à média estadual para as três dimensões avaliadas quais sejam, Riqueza (31 pontos), Longevidade (64 pontos) e Escolaridade (52 pontos), cujas médias estaduais são, pela ordem, 46, 70 e 52 pontos, respectivamente. .

Chabaribery (2004) entre outros autores afirma que os condicionantes históricos ao desenvolvimento local têm como origem diferentes tipos de restrições que estão ligadas, principalmente, à natureza dos solos não apropriados para a agricultura capitalista intensiva; aos problemas fundiários que atingem grande parte do território; aos conflitos ambientais - fruto de políticas autoritárias; à deficiência de infraestrutura, entre outros. A discussão desses fatores, em período

recente, tem difundido junto à população do Vale do Ribeira, sobretudo, produtores e suas entidades de classe que as razões para o constatado subdesenvolvimento regional são as restrições ambientais impostas para a expansão da produção, no entanto, é de se constatar que os baixos indicadores sócio demográficos, já chamavam a atenção de pesquisadores há pelo menos 50 anos. Petrone (1966) referindo-se ao Vale do Ribeira afirmava:

Antes de mais nada, chamou-nos a atenção, de resto como a todos que entram em contato com a área em questão, o fato de ser um território praticamente à margem do espaço econômico paulista, isolado em relação à maioria dos processos de valorização interessando territórios do Estado de São Paulo. A Baixada do Ribeira contribuía para a paradoxal situação de uma orla litorânea pouco povoada, economicamente subdesenvolvida em face de um interior cuja expressão econômica era discutível. Impressionou-nos, mais que qualquer outro, o fato de no Sul do Estado de São Paulo, junto à costa, à distância relativamente pequena da capital existir um verdadeiro sertão de litoral. (PETRONE, 1966.)

Torna-se importante ressaltar que essa problemática toda, sempre foi alvo de inúmeros programas governamentais que se sucederam ao longo de pelo menos 50 anos, os quais podem ser visualizados no Quadro 1. Planos que tiveram o objetivo de romper com a estagnação econômica e social, na totalidade, de iniciativa governamental.

Quadro 1. Histórico dos planos de desenvolvimento para a Região do Vale do Ribeira

Ano	Plano	Proponente	Proposta
1958	Operação Caiçara – Plano de Ação	Governo do Estado de São Paulo	Realizar amplo levantamento das condições de vida da população do Vale do Ribeira e Litoral Sul
1966	Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul	Governo do Estado de São Paulo (GESP), Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE)	Criação de Infraestrutura básica, programas de saúde pública e educação, questões fundiárias
1969	Criação da Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa)	Secretaria de Economia e Planejamento, Secretaria da Fazenda (extinta em 1987)	Órgão responsável pela coordenação e execução do Plano de Desenvolvimento do Litoral
1971	Programa Geral de Ação do Vale do Ribeira	GESP, Secretaria dos Transportes e Sudelpa	Projetos de infraestrutura e investimentos para produção agrícola altamente tecnificada e capitalizada
1975	Plano de Desenvolvimento do Litoral	GESP e Sudelpa	Projetos de infraestrutura e investimentos para produção agrícola altamente tecnificada e capitalizada
1980	Plano Básico de Desenvolvimento Autossustentado para Região lagunar de Iguape e Cananéia	GESP e Sudelpa	Projeto piloto de aplicação da então recente legislação ambiental
1985	Masterplan	GESP e Sudelpa	Diagnóstico dos fatores limitantes da agricultura local, com ênfase nas características do meio físico e da situação fundiária e, para as necessidades de tecnologias adequadas
1985	Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira	GESP e Secretaria da Agricultura	Investimentos para produção agrícola altamente tecnificada
1988	Plano de Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira	Secretaria Estadual do Meio-ambiente	Elaboração de estudos e diretrizes de conservação e uso dos recursos naturais

1990	Programa de Ação Comunitária Integrada do Vale do Ribeira	GESP, Secretaria de Planejamento	Ações de apoio à agricultura familiar
1995	Plano Vale do Ribeira Sustentável	Instituto da Cidadania	Preposição de eixos para o desenvolvimento regional: duplicação da BR-116, criação de universidade pública, apoio à agricultura familiar e às comunidades tradicionais, projetos de geração de emprego e renda, ações e combate à fome
1997	Plano de Ação para a Região de Paranaíacaba	GESP, Secretaria de Governos e Gestão e Secretaria de Economia e Planejamento	Elaboração de estudos e diretrizes para uso dos recursos naturais
1999	Programa de Comunidade Ativa	Governo Federal e GESP	Diagnósticos participativos, levantamento de potencialidades locais, elaboração de plano de desenvolvimento
2000	Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul	Comitê de Bacias Hidrográficas – RB (CBH-RB)	Fórum para gestão de recursos hídricos
2001	Agenda Rural Programa de Fortalecimento das Vocações das Comunidades Rurais do Vale do Ribeira	GESP e Secretaria da Agricultura	Diagnósticos participativos para levantamento das restrições à promoção do turismo sustentável a partir de oficinas com 432 das quase 500 comunidades rurais do Vale do Ribeira. Esse diagnóstico deverá embasar o planejamento e a gestão participativa visando o desenvolvimento sustentável
2003	Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável do Vale do Ribeira	GESP	Elaboração de diagnóstico e plano de desenvolvimento de turismo sustentável
2006	Agenda 21 – Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira	MMA, MDA, MDS e IDESC	Elaboração de diagnóstico e plano de desenvolvimento territorial sustentável

Fontes: Gonçalves e Favareto (2006) e Relatório da situação da UGRHI-11 apud Galvanese (2009)

Sobre o planejamento oficial, já na década de oitenta Muller (1980) destacava que:

O planejamento estatal delineado e executado na região não conseguiu superar as deficiências econômico-sociais que afetavam o Vale, uma vez que visavam fundamentalmente a criação de infraestrutura para a exploração de seus recursos naturais (minério, madeira, peixes...) em benefício de alguns grupos econômicos privados (MULLER, 1980, s.p.).

Além dos planos apresentados acima (Quadro 1), cabe destacar o PRODAVAR – Programa de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira, que criou o Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (CEDAVAL), originado no interesse demonstrado pelo governo japonês em fomentar o desenvolvimento da região. A proposta, na fase inicial, era desenvolver tecnologias para o aproveitamento das várzeas do Ribeira, com ênfase na “polderização” como forma de controle de enchentes e viabilização de cultivos principalmente para o arroz irrigado.

O projeto fracassou na forma proposta, devido principalmente, à sua inadequação ao prever investimentos maciços para estabelecer uma agricultura altamente capitalizada e tecnicamente sofisticada, não levando em conta as condições atípicas da região do Vale, dos pontos de vista sócio econômico, fundiário e ambiental (IDESC, 2006).

Em 1986, tem início o PRODAVAR – Programa de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira – coordenado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, envolvendo órgãos municipais, estaduais e federais, que, à época, estavam representados na região, e, cujo objetivo era a implantação e realização de ações integradas de desenvolvimento, no âmbito sócio econômico fundiário e ambiental, para o Vale do Ribeira. Com o término do acordo com o Governo Japonês e governo do Estado de São Paulo, o CEDAVAL passa a vincular-se à coordenadoria Sócio econômica da Secretária de Agricultura e Abastecimento e torna-se

o apoio logístico do PRODAVAR. No início de 1987, por falta de recursos financeiros, o PRODAVAR se extingue, embora suas diretrizes gerais continuem a orientar propostas e ações governamentais na região (ABATAYGURA 1997 apud IDESC, 2006). Esses planos e programas que tiveram forte marca do governo do Estado ao longo dos anos não deram conta de romper a estagnação econômica e social da região.

Ao se analisar os dados sobre a ocupação das terras nos municípios, nota-se que 61,5 % dos 669.404 ha ocupados pelos estabelecimentos agrícolas apresentam restrições ambientais por estarem ocupados por matas nativas, brejos e várzeas, ainda que esse número seja significativo e possa servir de base para o argumento que a expansão das áreas de cultivo tem nesse o principal limitante. É de se considerar, no entanto, que 197.070 ha estão classificados como áreas de descanso e pastagens dos quais 39.271 ha indicados como áreas de descanso, ou seja, representam área de pousio que podem ser rapidamente incorporadas ao processo produtivo. De uma forma geral, levando-se em conta que existem 55.262 ha ocupados com culturas temporárias e permanentes, é possível concluir que a área com culturas pode ser expandida em até quatro vezes sem que haja necessidade de se utilizar áreas hoje restritas. (SÃO PAULO, 2008).

Para corroborar com essa ideia, Resende (2000) afirma:

Uma região onde esses conflitos são especialmente visíveis é o Vale do Ribeira. Neste caso, as limitações ao desenvolvimento muito raramente são criadas pela legislação ambiental. Na maioria das vezes são expostas por ela. Através da avaliação de alguns indicadores e principalmente da leitura de diversas análises sobre a região feitas nas últimas décadas, observa-se que não há correlação tão evidente entre proteção ambiental e os baixos índices sócias. A falta da regularização fundiária e de outras políticas públicas (educação, saúde, infraestrutura (que viabilizem condições de desenvolvimento realmente sustentável tendem a acirrar

os conflitos sócio ambientais. As facetas da legislação que realmente apresentam um caráter excludente, em especial com as populações tradicionais, devem-se mais à forma como o Estado faz as leis, e não propriamente a ideia de controle, sobre os recursos naturais. Entretanto, normalmente esse conceito acaba por ser ainda mais combatido, como alvo mais visível por diversos setores sociais, pelos seus aparentes efeitos negativos na região (RESENDE, 2000).

ao contrário de ser um impeditivo ao desenvolvimento econômico local, não representam a causa desse processo, mas sim, o resultado da falta de alternativas agropecuárias viáveis. Áreas essas que podem se transformar em oportunidades, uma vez que a região tem aptidão para atividades pouco impactantes como o turismo rural ecológico, atividade que vem ganhando espaço em outras regiões do estado gerando emprego e renda.

É importante observar que o turismo rural, enquanto atividade geradora de riqueza econômica, social e cultural e simultaneamente de um desenvolvimento equilibrado e sustentável, tem sido muito pouco considerado e, portanto, não se torna alvo de amplos estudos sócio econômicos entre nós. Um minucioso levantamento e criteriosa análise das potencialidades turísticas do Vale do Ribeira pode nos levar a discussão do turismo rural como uma alternativa para o seu desenvolvimento. Essa discussão realizada em países com relevante proporção de pequenos agricultores como a França, por exemplo, mostram que o turismo rural, a várias décadas, vem se colocando como um fator de desenvolvimento ao providenciar e favorecer uma aproximação e engajamento recíproco entre agricultores e turistas em torno de valores relativos ao desenvolvimento sustentado, inclusive trazendo benefícios a população, como melhorias na infraestrutura regional e ampliando mercados para os produtos agrícolas inclusive biológicos.

A discussão das potencialidades de desenvolvimento regional a partir das atividades de turismo rural, tendo em vista as características do Vale, pode tornar a discussão que motivou esse artigo (SERIAM AS QUESTÕES AMBIENTAIS ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA?) ultrapassada, colocando novos horizontes para um desenvolvimento regional sustentado para o qual, o importante é colocar em relevo as diferenças estruturais e históricas regionais.

Considerações finais

Dada a existência de grandes áreas disponíveis para a expansão agrícola, as limitações que se apresentam à implantação de culturas que sejam adaptadas à região são principalmente de ordem tecnológica. O desafio é potencializar as iniciativas locais que ao longo dos anos vêm sendo desenvolvidas: o ecoturismo e o turismo rural, a pecuária (bovina e bubalina) sustentável, a agrofloresta, a agroecologia, as plantas ornamentais e todas as formas de associativismo e cooperativismo vivenciadas na região que visam construir um desenvolvimento econômico, que leva em conta as comunidades locais, suas potencialidades e o meio ambiente. São necessárias ainda, a implantação de políticas compensatórias, educativas e incentivadoras do desenvolvimento sustentável, de tecnologia e pesquisa adequadas à realidade e especificidade local, e investimentos em políticas sociais inclusivas.

O Vale do Ribeira tem caráter emblemático pois qualquer tipo de desenvolvimento que não leve em conta suas particularidades, demonstrar-se-á insustentável a curto/longo prazo e insuficiente para o seu pleno desenvolvimento econômico e social. A bananicultura, ainda que ocupe 65,1% do total das áreas agrícolas, por apresentar baixíssimos índices de processamento, sendo comercializada praticamente in natura, não foi capaz de ser um elemento dinamizador. Dessa forma, a existência de grandes áreas com vegetação nativa,

CADERNOS CERU V. 28, n. 1, jul. 2017

Referências bibliográficas

- ABATAYGUARA, N.M.S.A. As associações como forma de organização dos pequenos produtores: um mecanismo controverso. 1997. *Dissertação de Mestrado* (Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- BERTIN, E. *Sociabilidade negra na São Paulo do século XIX*. Cad. Pesq. CDHIS, Uberlândia, v.23, n.1, p. 115-132, jan./jun. 2010
- BRAGA, R. Planejamento regional no Estado de São Paulo: a experiência do Vale do Ribeira nas décadas de 1970 a 1980. 1998. 189 f. *Tese (Doutorado em Geografia Humana)* – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9. ed. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- CHABARIBERY, D. et al. *Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape*. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2004.
- DIEGUES, A. C. *O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população*. São Paulo. 2007. Disponível em <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>. Acesso em 25 de março de 2017.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. Documento sistematizador de informações sobre a região do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema subsídios para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação. – Versão 1 – São Paulo: Relatório técnico não publicado Documento – 2007. 309 p.
- FUNDAÇÃO SEADE. Perfil Municipal. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/>>. Acesso em 15 de março de 2017.
- GONÇALVES, Y.; FAVARETO A. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS) do território do Vale do Ribeira. Relatório de qualificação no âmbito do convênio Plural/SDT/MDA. [Links] (2006). Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000132&pid=S0102-6909201400010000500017&lng=en>. Acesso em: 3 de novembro de 2016.
- GALVANESE, C. S. Dilemas do planejamento sustentável e as instituições do desenvolvimento sustentável: estudo sobre as barragens e a questão regional do Vale do Ribeira. 2009. 179 f. *Dissertação (Mestrado)* — Universidade Federal do ABC, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Energia, Santo André.
- HOGAN, D. J. et al. *Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): Conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população*. Ambiente e Sociedade, v. 2, n. 3/4, p. 151-175, 1999.
- IDESC, *Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira*. Diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira. Registro: FNMA/MMA/IDESC, 2006.
- MÜLLER, G. *Estado, estrutura agrária e população: estagnação e incorporação regional*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- PAOLIELLO, R. M. *As comunidades tradicionais no Vale do Ribeira: da “reprodução camponesa” às re-significações dos patrimônios territoriais*. Agrária, São Paulo, n. 3, pp. 58-82, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/88/87>>. Acesso em 17 de janeiro de 2017.
- PETRONE P. *A Baixada do Ribeira*. São Paulo, USP, 1966.
- QUEIROZ, M. I. P. Bairros Rurais Paulistas. São Paulo: *Separata da Revista do Museu Paulista*. Vale do Ribeira Pesquisas Sociológicas, Secretaria dos Serviços e Obras Públicas/FFLCH – USP 1969.
- RAMOS, M. H. R.; ATAIDE, S. G. *Luta pela preservação ambiental: dilemas e contradições*. Rev. Kátálysis, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 186-195, jul./dez. 2013.
- RESENDE, R. U. *As Regras do Jogo: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira*. São Paulo: Annablume, 2000.
- RESENDE, R. U. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável Território Vale do Ribeira (SP)*. Brasília: MDA, 2011.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. *Levantamento censitário de unidades de produção agrícola*

la do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: Acesso em: dia/mês/ano.

SILVA, D. D. E.; FELIZMINO, F. T. A.; OLIVEIRA, M. G. Avaliação da degradação ambiental a partir da prática da cultura do feijão no município de Tavares-PB. *Holos*, Ano 31, vol. 8, p. 148-165, 2015. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2063/1318>>. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

SILVA, K. R. As técnicas de agricultura tradicional em combinação com propostas e práticas de sistemas agroflorestais: consensos possíveis ao desenvolvimento sustentável da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo, Vale do Ribeira (SP). 2013. 84 f. *Trabalho de conclusão de curso (Ecologia)* - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/121226>>. Acesso em 17 de novembro de 2016.